O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: DO ESBOÇO DE UM CONCEITO NA ANTROPOLOGIA À CRÍTICA QUEER

THE DEVELOPMENT OF THE CONCEPT OF GENDER IN HUMAN AND SOCIAL SCIENCES: FROM THE OUTLINE OF A CONCEPT IN ANTHROPOLOGY TO QUEER CRITICISM

Romulo Rother Gil [1]

Resumo: o presente ensaio realiza uma sucinta e didática narrativa histórica do percurso trilhado pelo conceito de Gênero nas Ciências Humanas e Sociais — e especialmente na Antropologia. Partimos do desenvolvimento de seu esboço na Antropologia Culturalista das décadas de 1920 e 1930, passando pelas contribuições feministas dos Estudos de Gênero das décadas de 1970 1980 e dos Estudos Gays e Lésbicos de 1980 até chegarmos à crítica de caráter pós-estruturalista dos estudos e ativismos de perspectiva Queer.
Palavras-chave: antropologia; estudos de gênero; feminismos; teoria queer.

Abstract: this essay presents a succinct and didactic historical narrative of the path taken by the concept of Gender in the Human and Social Sciences — and especially in Anthropology. We start from the development of its outline in the Cultural Anthropology of the 1920s and 1930s, passing through the feminist contributions of Gender Studies of the 1970s and 1980s and Gay and Lesbian Studies of the 1980s, until we reach the post-structuralist critique of studies and activism from the Queer perspective.
Keywords: anthropology; gender studies; feminisms; queer theory.

1 INTRODUÇÃO

Um conceito não é um dado pronto e acabado, mas o resultado (sempre inacabado, incompleto e em constante transformação) de um processo de reflexão e teorização. Amplamente utilizado e pautado na contemporaneidade, gerando calorosas e polarizadas disputas de significado e políticas, o conceito de Gênero (assim como qualquer outro) não é um conceito neutro, mas uma ferramenta analítica e epistemológica fruto de um longo processo que envolve teorização, apropriação, consolidação, disputas, ressignificação e expansão.

O escopo deste ensaio consiste, portanto, em narrar, de maneira sucinta e didática, sem lançar mão de uma linguagem pouco acessível e demasiadamente academicista, a trajetória de consolidação e expansão deste conceito, desde seu esboço com a percepção da existência de uma dimensão cultural relacionada à diferença sexual até o que há de mais contemporâneo no que tange à temática.

Toda história tem muitas versões (e isso não seria diferente com a história do Gênero enquanto conceito e ferramenta teórica/analítica) e já fomos advertidos/as do perigo de uma história única. Portanto, é importante reconhecer e evidenciar que a história deste

[1] Educador Popular, Especialista em Ciências Sociais, Infâncias e Juventudes (CLACSO), Mestrando em Antropologia Social (UFPR) com o projeto de pesquisa "Projetos nas Margens do Poder: agências e (r)existências LGBTQIA+ na escola" e Coordenador do Observatório LGBTQIA+ na Educação.

conceito poderia ser contada de inúmeras e diferentes maneiras — contemplando, inclusive, elementos históricos não presentes no presente texto — mas que esta será narrada aqui a partir de uma determinada perspectiva e lugar de fala, a perspectiva e lugar de fala do autor: um homem cisgênero, gay, educador popular, estudante de Antropologia e pesquisador em Diversidade, Diferença, Alteridade e Educação que bebe (e mergulha) na fonte da Teoria Queer.

Talvez por isso haja no texto, por exemplo, uma evidente ênfase e demasiada importância sobre o papel da Antropologia e de antropólogas feministas no processo de definição e consolidação deste conceito. Talvez também devido à perspectiva e ao lugar de fala do autor tenha sido feita a escolha por direcionar o final desta narrativa até a contribuição da Teoria Queer em vez de direcionar a mesma para outros debates contemporâneos envolvendo Gênero e Sexualidade uma vez que certamente eles existem.

De qualquer maneira, apesar de apresentar uma "história única", baseada em uma perspectiva particular, o ensaio oferece contribuições significativas para a compreensão do (inacabado) percurso trilhado por este importante e necessário conceito e referências que podem ser melhor exploradas de acordo com os interesses, perspectivas e percursos investigativos sobre Gênero e Sexualidade de cada leitor(a/e).

Nos dois primeiros capítulos apresento a contribuição da antropóloga culturalista Margaret Mead à área de estudos que, posteriormente, seria designada como Estudos de Gênero. Através de suas pesquisas etnográficas junto a povos originários da Oceania, Mead demonstrou que diferentes sistemas de educação e socialização (o que ela chamou de "condicionamento social") resultam em diferentes concepções e vivências de infância, juventude e divisão sexual.

No primeiro capítulo apresento um resumo geral de sua obra. No segundo capítulo apresento sua teoria sobre o papel do condicionamento social na construção da diferença sexual, contribuição pioneira que evidenciou pela primeira vez a existência de uma dimensão simbólica e cultural relacionada à diferença sexual, abrindo caminhos para a longa empreitada de desconstrução do determinismo biológico.

No terceiro capítulo discorro sobre o caminho percorrido pelo Movimento e Teoria Feminista das décadas de 1960, 1970 e 1980 no sentido da consolidação de um novo conceito e da inauguração de uma nova área de estudos. Foram as teóricas da segunda onda do Feminismo que denominaram como "Gênero" a dimensão simbólica e cultural da diferença sexual evidenciada por Margaret Mead e forjaram uma nova área de estudos dedicada ao tema.

Apesar de valiosa contribuição para a definição e consolidação do conceito, as teóricas feministas focaram e limitaram-se à agência do gênero como sistema/dispositivo que produz relações de poder assimétricas entre homens e mulheres, não contemplando em suas teorizações o âmbito da sexualidade e a análise sobre outras assimetrias e opressões,

como as vivenciadas pelas mulheres lésbicas, por exemplo. No quarto capítulo apresento, de maneira breve, a emergência dessa discussão ocorrida na virada da década de 1970 para os anos 1980, empreendimento crítico que deu origem aos Estudos (sociológicos) Gays e Lésbicos.

Os Estudos sociológicos Gays e Lésbicos da década de 1980 colocaram a homossexualidade e a lesbianidade em pauta no contexto dos Estudos de Gênero mas trataram, em grande parte, essas identidades, desejos e práticas sexuais como minoritárias, não desestruturando os alicerces da Heterossexualidade Compulsória (RICH, 1980) e da Heteronormatividade (WARNER, 1981), produzidas e mantidas por oposições binárias num processo de suplementaridade. Tal empreendimento analítico e crítico, mais profundo e ambicioso, só teria lugar a partir da década de 1990 com o advento de uma nova perspectiva em Gênero: a Teoria Queer.

No quinto capítulo apresento como a crítica empreendida por esta nova teoria ao binarismo inerente à epistemologia e cultura ocidentais e às teorias produzidas neste eixo epistemológico (inclusive à teoria Feminista e à teoria sociológica Gay/Lésbica) permitiu a compreensão e denúncia das engrenagens normatizadoras que colocam em pé e em funcionamento a Heteronormatividade, produzindo a abjeção, patologização e subordinação das identidades e práticas sexuais Outras.

Caminhando para a conclusão trago, no último capítulo do texto, uma reflexão e tentativa de análise a respeito do (não)lugar da Teoria Queer nas Ciências Sociais, apresentando pontos de convergência, proximidade, distanciamento e tensão entre essa emergente "teoria subalterna" e as disciplinas institucionalizadas.

2 ESBOÇANDO O CONCEITO DE GÊNERO: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO — A FORÇA DO CONDICIONAMENTO SOCIAL

É notória a influência e importância da obra de Margaret Mead para o desenvolvimento do conceito de Gênero. A antropóloga norte-americana de orientação culturalista desbravou matas fechadas na Antropologia e abriu caminhos para a consolidação de novas áreas de investigação antropológicas: os Estudos de Gênero, a Antropologia da Educação e a(s) Antropologia(s) das Infâncias e Juventudes.

Mead nasceu nos Estados Unidos no primeiro ano do século XX. Filha de uma ativista social com um professor universitário, Mead graduou-se em Antropologia, tornando-se aluna de Franz Boas, pai fundador da Escola Culturalista (ou Escola Norte-Americana) de Antropologia, que diferencia-se da Antropologia pensada e praticada anteriormente em países europeus como a França e a Inglaterra por criticar firmemente o evolucionismo cultural e realizar uma defesa radicalmente necessária do relativismo cultural.

Na primeira metade da década de 1920, Mead foi enviada por Franz Boas ao ar-

quipélago de Samoa, na Oceania, onde permaneceu durante nove meses, com a missão de observar o processo de socialização e o comportamento dos/as jovens samoanos/as no intuito de compreender se a característica rebelde dos/as jovens norte-americanos/as da época era provocada por fatores biológicos (e portanto um comportamento universal, que se repetia entre jovens de diferentes culturas) ou então oriunda de questões socioculturais próprias da sociedade estadunidense. O trabalho de campo nas ilhas ao sul do Oceano Pacífico deu origem a seu primeiro livro, Coming of Age in Samoa, lançado em 1928[2], onde Mead descreve a passagem da infância para a adolescência como um momento tranquilo entre os nativos e nativas de Samoa.

O livro foi recebido com espanto pela sociedade norte-americana pelo fato de Mead ter tecido diversas críticas à concepção e ao modelo de Educação ocidental a partir de suas impressões etnográficas. Entre as críticas, Mead afirmou que a cultura ocidental tende a não conceber as crianças como sujeitos sociais completos — e em alguns casos nem mesmo como sujeitos sociais, e que mesmo antropólogos/as sofriam intensa influência de séculos de história europeia e eurocêntrica. Além das críticas, Mead apresentou concepções de "sexo"[3] e educação e práticas sociais oriundas destas concepções muito distintas daquelas conhecidas e aceitas pela sociedade ocidental, gerando mais do que espanto: polêmica.

Após Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa, Mead publica, como fruto de sua etnografia junto das sociedades Arapesh, Mundugumor e Tchambuli da Nova Guiné, Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas (1935). A partir da descrição das discrepantes concepções de diferença sexual e de práticas oriundas destas concepções (como a divisão sexual do trabalho, por exemplo) desses três grupos, Mead defende, de maneira inaugural na Antropologia, o argumento de que a diferença sexual não é definida única e exclusivamente pela biologia, mas possui uma dimensão social, construída a partir do "condicionamento social" — ou "socialização".

Mead (1935, *passim*) descreve os povos Arapesh e Mundugumor como sociedades que "não tiram proveito da diferença sexual"; ou seja, sociedades onde o padrão de temperamento e comportamento é o mesmo tanto para homens quanto para mulheres. Diferentemente dos primeiros grupos apresentados, o povo Tchambuli tira proveito da diferença sexual, aproximando-se e ao mesmo tempo distanciando-se da sociedade ocidental. Aproximando-se pelo fato de a sociedade ocidental também atribuir uma demarcação binária aos papéis, temperamentos e comportamentos de gênero (na linguagem de Mead, "tirando proveito da diferença sexual"); e distanciando-se por inverter a lógica ocidental: neste grupo, as mulheres são as "chefes de família" responsáveis pela subsistência do lar (conquistada através da pesca, da produção de bens manufaturados e do

[2] Em português, "Amadurecimento em Samoa". Lançado no Brasil como Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa.

[3] Conforme será apresentado no decorrer do texto, o conceito de Gênero ainda não era utilizado nas décadas de 1920 e 1930. Mead utiliza a terminologia "sexo" e/ou "diferença sexual" para referir-se ao que mais tarde convencionaria-se como "Gênero" no campo das Ciências Sociais e Humanas, ou seja, uma construção social.

comércio) e os homens responsáveis pelo cuidado das crianças e atividades estéticas e cerimoniais, como a pintura e o adorno corporal.

É a partir dessa descrição e análise que a autora defende seu argumento, afirmando que, a partir da observação e comparação dos quatro modelos socioculturais em questão (Arapesh, Mundugumor, Tchambuli e Ocidental Norte-Americano), torna-se impossível afirmar que a raiz da diferença sexual reside na constituição física dos sexos ou mesmo em outros fatores como a raça ou a dieta, mas reside justamente na cultura e, portanto, na socialização.

Tendo essa impossibilidade como pressuposto e notória influência da Psicologia e do pensamento de sua orientadora, a também antropóloga culturalista Ruth Benedict[4], Mead direcionou seu olhar etnográfico para os processos de "socialização" ou "condicionamento social" existentes nessas sociedades. De acordo com Mead (1935), o processo de socialização existente nas sociedades por ela etnografadas produz homogeneidade social e consequentemente a ausência de conflitos; algo que, segundo a autora, não existia na sociedade norte-americana de sua época.

Em seu constante exercício de comparação entre as sociedades não ocidentais por ela observadas e sua sociedade de origem, Mead chegou a afirmar que era a heterogeneidade social presente na sociedade norte-americana uma das causas para os tantos conflitos vivenciados no interior da mesma, como, por exemplo, os conflitos que envolviam as juventudes estadunidenses (MEAD, 1935).

Esta ideia de homogeneidade e ausência de conflitos pode parecer muito contraditória ao olharmos para a própria narrativa e descrição da autora sobre a sociedade Mundugumor. O ponto é que nesta sociedade o temperamento-comportamento violento gerado por um sistema de parentesco baseado na disputa e competição é a norma ou status quo, e não algo considerado anormal, inaceitável, desviante; em outras palavras, o comportamento agressivo e a disputa não eram entendidas pelo povo Mundugumor como um conflito, mas como a maneira óbvia e até "natural" de ser e estar no mundo, a única referência de temperamento e comportamento conhecida por esse povo.

Em sua teoria sobre o condicionamento social, Mead (1971) reconhece central importância para o processo de socialização vivenciado na fase hoje denominada como primeira infância, o que corrobora com a ideia de que a escola torna-se locus privilegiado para o condicionamento social no que tange às arbitrariedades da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsórias conforme denúncia ecoada por ampla produção, pois estas precisam ser encarnadas nos corpos e subjetividades o mais cedo possível, de maneira a garantir sua internalização, mesmo que continuem sendo reiteradas durante toda a vida.

O interesse de Mead (1935) no processo de condicionamento social e em especial em como esta socialização acontece durante os períodos da infância e da adolescência

[4] Aqui me refiro especificamente à obra Padrões de Cultura, de 1934, de Ruth Benedict.

transformaram a antropóloga em uma espécie de "marco inicial" dos estudos antropológicos relacionados às gerações não adultas. Para além de ter sido a primeira antropóloga a incluir crianças, adolescentes e jovens em suas pesquisas, Mead (1935) foi a antropóloga que manteve esta participação e inclusão por mais tempo.

Nenhum outro estudo com este tema foi realizado ou publicado nas Ciências Sociais durante as quatro décadas que se seguiram aos esforços empreendidos pela Escola Culturalista (personificados por Mead e Ruth Benedict) nas décadas de 1920 e 1930 com o objetivo de olhar para a socialização e para as experiências da infância e da adolescência com a devida atenção e especificidade, e não mais como uma extensão da experiência adulta.

É somente em 1973 (exatamente 45 anos depois do lançamento de Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa) que surge a proposta de criação de uma Antropologia da Infância[5]; e somente na década seguinte (década de 1980) que o interesse se consolida de fato nas Ciências Sociais, devido a demanda e pressão por parte da Sociedade Civil Organizada e de Organismos Internacionais (como a UNESCO) por dados que embasassem suas práticas e refletissem com maior profundidade e rigor científico as complexidades vivenciadas por crianças e adolescentes naquele período histórico, especialmente em contextos pós-coloniais, em países "em desenvolvimento" ou em contextos de guerra ou conflitos civis.

3 O CONDICIONAMENTO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA DIFERENÇA SEXUAL

Seguindo Benedict, Mead (1935) considera a cultura como o grande elemento regulador da personalidade e do temperamento humano. Para Mead, de acordo com a teoria dos "Padrões de Cultura" de Benedict, existe uma diversa gama de potencialidades humanas; e cada cultura/sociedade seleciona, dentro dessas tantas possibilidades, algumas poucas características temperamentais. As características selecionadas passam então a definir os temperamentos e comportamentos ideais, corretos e aceitos em determinada sociedade — assim como, em consequência, os não aceitos, dissidentes e imorais, que caracterizam determinados sujeitos como "inadaptados", marcando-os com a abjeção.

Ao analisar a existência de tantas possibilidades diferentes de configuração da diferença sexual a partir da observação etnográfica entre os Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, Mead parte exatamente da formulação de "Padrões de Cultura" de Benedict para defender seu argumento de que nem o temperamento nem a diferença sexual estão enraizados na natureza/biologia. Para ela, o mesmo acontece com a personalidade dos sexos nas sociedades em que a diferença sexual se faz presente (como é o caso das sociedades Tchambuli e ocidental); ou seja, a sociedade/cultura atribui determinadas

[5] A partir do artigo "Can there be an anthropology of children?" (em tradução livre, "Poderia haver uma antropologia da criança?"), de Charlotte Hardman.

características de temperamento a um sexo e determinadas características de temperamento (diferentes daquelas atribuídas ao primeiro) ao outro sexo.

As características temperamentais atribuídas ao primeiro sexo são interditadas ao segundo assim como aquelas atribuídas ao segundo são interditadas ao primeiro. Foi assim, segundo a explicação de Mead, que o povo Tchambuli atribuiu às pessoas do sexo feminino características temperamentais como a força e a responsabilidade enquanto as pessoas do sexo masculino foram caracterizadas como emocionalmente dependentes (MEAD, 1935). Assim a sociedade ocidental, baseada na mitologia judaico-cristã e no determinismo biológico, construiu a concepção de sexo masculino como "sexo forte" e de sexo feminino como "sexo frágil" (MEAD, 1971).

Como uma antropóloga profundamente engajada com as questões sociais de seu tempo, Mead não se contentou em descrever a maneira como a diferença sexual é socialmente definida, e, sem nenhuma pretensão de isenção ou neutralidade, foi além, criticando a naturalização desta diferença, caracterizando seu processo de construção como "arbitrário" e denunciando especialmente a forma como ele acontece no mundo ocidental, criticando, por exemplo, as ideias de que às mulheres seria inerente o "instinto materno", a fragilidade e a passividade e aos homens a coragem, a bravura e a iniciativa: "Nessa definida personalidade do sexo toda criança será educada, se for menino, para suprimir o medo, se for menina, para demonstrá-lo" (MEAD, 1935, p. 274).

Mesmo sem utilizar o conceito de gênero em suas obras, Mead (1935) foi quem propôs, pela primeira vez na história das Ciências Sociais, a ideia da existência de uma dimensão cultural do sexo biológico — ou então, em outras palavras, uma construção social sobre o sexo biológico. Sua contribuição teórica e politicamente engajada sobre a definição do temperamento dos "sexos" (ou gêneros) ecoou nas Ciências Humanas e Sociais da época, oferecendo uma base para a teoria e crítica feminista que viria a ser desenvolvida cerca de trinta anos depois, nas décadas de 1960 e 1970.

4 INAUGURANDO O CONCEITO DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FEMINISTA

É por volta de 1955 que o conceito de gênero apareceu na literatura pela primeira vez. Mais especificamente na literatura médica e da Psicologia, sendo inaugurado pelo psicólogo e sexólogo John Money. Até a nova significação realizada por Money (gênero como dimensão social do sexo biológico, conforme sugeria Margaret Mead), a palavra era utilizada apenas para se referir a categorias gramaticais.

O conceito logo foi apropriado por teóricas e pensadoras do Feminismo e ganhou, a partir das décadas de 1960 e (principalmente de) 1970, ampla utilização, em decorrência do movimento que se convencionou denominar como "segunda onda do Feminismo". Uma das

primeiras teóricas a utilizar o conceito foi a militante lésbica e feminista - e também antropóloga norte-americana e culturalista (como Mead) - Gayle Rubin. Rubin é conhecida como a principal responsável pela popularização do conceito, fato feito através de seu ensaio O Tráfico de Mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo, lançado em 1975.

Em O Tráfico de Mulheres, Rubin (1993) evidencia e denuncia a existência de uma interdependência entre os âmbitos da sexualidade, da economia e da política; o que ela denomina como "Sistema Sexo/Gênero". A autora tece uma crítica ao Marxismo clássico, classificando este como um instrumento analítico insuficiente e débil para a compreensão das desigualdades e opressões baseadas neste sistema. O Sistema Sexo/Gênero realiza a organização social da sexualidade com base no determinismo biológico de maneira a garantir a reprodução sexual e produz convenções de sexo e de gênero. Segundo a autora, as opressões de gênero são derivadas dessas convenções. Em outras palavras, a partir de uma perspectiva foucaultiana e/ou Queer, pode-se dizer que essas "convenções" a que se refere a autora tratam de dispositivos que servem à dominação masculina, patriarcal, cisgênera e heterossexual.

Rubin (1993) não limita sua crítica ao Marxismo clássico, estendendo-a à teoria do parentesco de Lévi-Strauss, passando também pelas obras de Freud e Lacan. A autora realiza uma "releitura" de Estruturas Elementares do Parentesco, de Lévi-Strauss, a partir da perspectiva da crítica feminista, apontando para a possibilidade de se interrogar a ideia da diferença sexual como um princípio universal de diferença e classificação. Apesar da crítica empreendida ao trabalho clássico de Lévi-Strauss, a autora não refuta totalmente seu pensamento; pelo contrário: considera a teoria lévi-straussiana da "troca de mulheres" (a qual, como se percebe muito facilmente, o título de seu ensaio faz referência) como uma teoria implícita da opressão sexual — uma vez que as mulheres trocadas servem como objeto e instrumento de um intercâmbio no qual os homens são os beneficiários (RUBIN, 1993).

A estratégia de Rubin consiste em apropriar-se, em partes, da teoria lévi-straussiana para interpelar Lévi-Strauss e ir além dele, desvendando as raízes da opressão baseada no gênero. Nesse sentido, a autora reconhece que "A 'troca de mulheres' é um conceito sedutor e poderoso. É atrativo, na medida em que ele coloca a opressão das mulheres dentro de sistemas sociais, em lugar da biologia" (RUBIN, 1993, p. 10).

A partir de sua releitura de Estruturas Elementares do Parentesco, a autora afirma que a divisão sexual do trabalho é "um tabu dividindo os sexos em duas categorias reciprocamente exclusivas, e um tabu que exacerbera as diferenças biológicas entre os sexos e que, em consequência, cria o gênero" (RUBIN, 1993, p. 11).

A autora argumenta que, apesar da imensidão de configurações de divisão sexual do trabalho existentes nas diferentes sociedades e culturas, ela está sempre presente e sua existência se deve justamente, para além da própria criação do gênero ou da diferença

sexual, para a criação de uma separação baseada nesta diferença. A separação, por sua vez, dá origem a uma relação de dependência mútua entre os gêneros[6], o que resulta no casamento, garantindo assim tanto a procriação e a sobrevivência da espécie quanto a sobrevivência dos sistemas de parentesco e consequentemente, da cultura[7].

A contribuição de Gayle Rubin (1993) foi primordial e imprescindível para a definição e popularização do conceito de Gênero nas Ciências Humanas e Sociais e para a consolidação de uma área específica de estudos dedicada a este conceito no âmbito dessas Ciências e em especial da Antropologia; empreendimento ocorrido oficialmente nas décadas de 1970 e 1980.

Foi a partir da contribuição de Rubin e do trabalho vanguardista de outras antropólogas feministas — como Esther Newton, Lila Abu-Lughod, Sherry Ortner e Harriet Whitehead, por exemplo — que o Gênero passou a ser entendido — e estrategicamente utilizado — como uma categoria de análise mais ampla, interseccionando as categorias de Diferença Sexual (baseada em características biológicas, como genitálias e cromossomos), Sexualidade (no sentido de desejo e condição sexual) e Identidade; entendidas não mais como categorias indissociáveis (consideradas as duas últimas oriundas da primeira), mas como dimensões (e categorias de análise) interdependentes que podem, não obrigatoriamente, vir a se cruzar.

Tem papel importante nesse movimento de consolidação do conceito nas Ciências Sociais — e especialmente na Antropologia — a publicação *Sexual Meanings: the cultural construction of gender and sexuality*, lançada em 1981 pelas antropólogas feministas Sherry Ortner e Harriet Whitehead. Em tradução livre: "Significados Sexuais: a construção cultural sobre o gênero e a sexualidade".

Outra publicação relevante para a popularização do conceito e para a consolidação de um campo de estudos sobre o mesmo foi o ensaio "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", publicado em 1989 pela historiadora feminista Joan Scott na revista *American Historical Review*. Texto este que viria, um ano mais tarde, a circular no Brasil, popularizando a utilização estratégica — teórica e política — do conceito de Gênero na análise das relações de poder, dominação e desigualdade baseadas na diferença sexual abaixo da Linha do Equador.

Sobre a relevância do conceito, a historiadora afirmou: "O gênero é uma estratégia pela qual as feministas começaram a encontrar uma voz teórica própria, além de aliados científicos e políticos. É nesse espaço que gênero é uma categoria útil de análise" (SCOTT, 1990, p. 14).

[6] Exemplifico esta relação de separação e dependência a partir da organização social do povo Tchambuli, descrita por Margaret Mead: se os homens são responsáveis pelo cuidado das crianças e pelas atividades estéticas e cerimoniais, precisam que alguém lhes garanta a subsistência. Por outro lado, as mulheres Tchambuli precisam que alguém cuide de suas crianças enquanto praticam a pesca e o comércio.

[7] Lévi-Strauss acredita ser o tabu do incesto (e as práticas dele oriundas, como o sistema de parentesco e o próprio casamento/"troca de mulheres") a própria origem e constituição da Cultura.

Em resumo, o empreendimento de Scott (1990) foi teorizar sobre a própria aplicação e pertinência conceitual e teórica de Gênero, conceito que já vinha sendo aplicado desde *O Tráfico de Mulheres*. Nesse sentido, a autora propôs a incorporação e integração do conceito na metodologia de pesquisa e análise das Ciências Humanas e Sociais.

As antropólogas feministas denunciaram a ausência de mulheres nas etnografias. Com esta denúncia denunciaram, a uma só vez, a ausência de etnólogas e/ou etnógrafas no interior da disciplina/ciência, bem como a ausência, nas pesquisas de cunho etnográfico, de informantes/interlocutoras mulheres. Para as teóricas, o fato de os informantes e interlocutores das pesquisas etnográficas serem, na grande maioria dos casos, homens, era mais um fator sintomático da desigualdade produzida pelo Sistema Sexo/Gênero: os homens constituíam-se como informantes das pesquisas pois estavam mais próximos do que as mulheres dos âmbitos públicos e políticos (e portanto mais próximos do poder) em suas comunidades.

Através desta constatação, a Antropologia Feminista realizou um verdadeiro deslocamento no fazer etnográfico que pode ser resumido na máxima "o privado (também) é político!". Se antes as etnografias direcionavam seu olhar e atenção exclusivamente à vida pública das comunidades (organização social, relações de parentesco, rituais), a partir desse deslocamento proposto pelas feministas começaram a (in)surgir etnografias produzidas por etnólogas/etnógrafas mulheres incluindo, como interlocutoras principais de pesquisa, também mulheres. Essas etnografias tinham/tem como foco e locus de observação espaços e tempos cotidianos e "privados" protagonizados por mulheres. Duas grandes representantes dessa proposta etnográfica são Sherry Ortner (uma das autoras de Sexual Meanings) e Lila Abu-Lughod.

5 EXPANDINDO O CONCEITO DE GÊNERO: DA ANTROPOLOGIA FEMINISTA AOS ESTUDOS GAYS E LÉSBICOS

A crítica feminista deu conta de capturar, esmiuçar, compreender e denunciar as estruturas que produzem a diferença, a dominação e a desigualdade entre homens e mulheres, mas deixou, em certa medida, passar despercebida a especificidade da sexualidade. Como se daria esta opressão de homens sobre mulheres no caso de mulheres lésbicas? Este, entre outros questionamentos, fez (in)surgir um novo território teórico a ser desbravado. Como uma continuidade — com certo recorte e especificidade — dos já consolidados Estudos de Gênero e Teoria Feminista, surgem então, na virada da década de 1970 para 1980, nos Estados Unidos, os chamados "Estudos Gays e Lésbicos".

Mais de dez anos após a publicação de O Tráfico de Mulheres, Gayle Rubin reconheceu, provocada por inquietações e críticas de Judith Butler, que o conceito de "Sistema Sexo/Gênero" por ela proposto em 1975 não era um instrumento analítico suficientemente

capaz de responder à questões como a acima apresentada. Como mulher lésbica, Rubin expandiu seu horizonte de investigação, passando a olhar não apenas para sua condição de mulher (questão de gênero), mas também para sua condição de lésbica (questão de sexualidade).

Em sua teorização sobre a sexualidade a antropóloga culturalista afirmou existir, na sociedade ocidental, uma hierarquia de valores sexuais. Esta hierarquia é composta, segundo Rubin, por dois modelos, antagônicos, de sexualidade: a "Boa Sexualidade" e a "Sexualidade Má".

A primeira é, de acordo com a autora, necessariamente heterossexual, monogâmica, conjugal/familiar (acontecendo dentro do casamento e com fins de reprodução), não sendo praticada jamais entre três ou mais pessoas, nem com a utilização de acessórios ou pornografia. A "Boa Sexualidade" também é, antes de mais nada, privada, ou seja, aquela que acontece em casa, entre quatro paredes, com privacidade.

Já a segunda pode ser caracterizada por toda e qualquer prática sexual dissidente e desviante da primeira: como o sexo homossexual ou transexual, o *ménage à trois* e/ou a orgia, práticas sexuais envolvendo acessórios e fetiches — como o sadomasoquismo e o BDSM, o sexo em lugares públicos, a pornografia etc.

A autora, praticante declarada da "Sexualidade Má" (além de lésbica assumida, Rubin era praticante de sadomasoquismo e foi a fundadora do primeiro grupo lésbico sadomasoquista de que se tem conhecimento na história), teceu críticas a alguns grupos/setores do Movimento Homossexual por Direitos Civis por considerar que estes utilizavam uma estratégia equivocada na luta por Direitos, objetivando ser assimilados, integrados e tolerados por uma sociedade homofóbica e heteronormativa.

É possível afirmar que os Estudos Gays e Lésbicos nasceram com o objetivo de realizar, no âmbito da Sexualidade, o mesmo trabalho (de captura e denúncia das estruturas que forjam e sustentam as desigualdades e de desterritorialização dessas estruturas) que a Teoria Feminista realizou no campo do Gênero. Um conceito muito frutífero forjado neste processo e com este objetivo é o de "Heterossexualidade Compulsória", proposto pela poetisa lésbica Adrienne Rich no texto Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica, em 1980.

Rich define a Heterossexualidade Compulsória como sendo uma instituição política (em certa medida) oriunda do Sistema Sexo/Gênero. A Heterossexualidade Compulsória consiste na universalização e hegemonia da heterossexualidade; em sua naturalização como a única sexualidade possível, concebível, correta, "boa" (para utilizar a terminologia de Rubin) ou "normal" — e na consequente e automática patologização e anormalidade de toda e qualquer sexualidade que não seja a heterossexual.

Alguns anos após seu surgimento nos Estados Unidos os Estudos Gays e Lésbicos desembarcaram no Brasil. A obra que melhor representa os Estudos Gays e Lésbicos

desenvolvidos em chão nacional é Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade, publicada originalmente em 1986 por João Silvério Trevisan. Nele o militante gay, escritor e cineasta realiza um percurso histórico sobre a vivência da homossexualidade em terras tupiniquins, narrando, por exemplo, a perseguição política e (sobretudo) religiosa sofrida por homossexuais desde sempre nestas terras e a constituição do(s) Movimento(s) por Direitos Homossexuais (na época a sigla "LGBTQIA+" ainda não era utilizada) no Brasil.

6 DIFERENÇA SEXUAL X GÊNERO — DE UMA PERSPECTIVA BINÁRIA À CRÍTICA QUEER

Queer significa "estranho", "excêntrico". O termo foi historicamente utilizado, em países de língua anglófona, como Inglaterra e Estados Unidos, para referir-se de maneira pejorativa e estigmatizante a dissidentes sexuais, como homossexuais e transexuais. A partir do final da década de 1980, ganhando força nos anos 1990, o termo foi apropriado e ressignificado por parte do Movimento LGBTQIA+, que tinha a diferença como identidade política e estratégia de luta, sendo contrária ao discurso de igualdade e à postura/estratégia de assimilação e integração dos "dissidentes sexuais" à sociedade heteronormativa.

O marco deste (novo) Movimento, estratégia política e perspectiva é o *Queer Nation Manifest*, texto que circulou entre participantes de um ato/ação da ACT UP[8] durante a Parada Gay de Nova York no ano de 1990. Iniciada como um Movimento Político (ou como uma nova estratégia de luta e ativismo dentro de um movimento político já existente, o LGBTQIA+) a perspectiva Queer logo passou a ocupar um outro espaço para além da rua: o da reflexão e teorização produzidas no interior das academias.

Um dos nomes responsáveis por inaugurar a produção e reflexão teórica de perspectiva Queer é a filósofa norte-americana Judith Butler. Feminista e autoidentificada como uma Pessoa Não Binária, a filósofa é considerada uma das continuadoras e expansoras do legado teórico de Michel Foucault. Butler (1993) inicia sua obra com um importante questionamento e problematização sobre o sujeito do Feminismo, criticando a existência de uma categoria universal e idealizada de mulher, abrindo assim, brechas para pensar diferentes feminilidades; incluindo feminilidades lésbicas, feminilidades não binárias, feminilidades transgêneras, feminilidades intersexuais, feminilidades negras, feminilidades latino-americanas etc.

Outra importante contribuição realizada por Butler é afirmar o sexo — e em consequência o corpo, a biologia e a própria natureza — como tão sociais e culturais quanto o gênero. A filósofa argumenta que produzimos códigos, linguagens, narrativas, discursos e gestos performativos para significar e compreender o sexo e o corpo e que, portanto, estes

[8] AIDS Coalition to Unleash Power. Organização militante/ativista na agenda HIV/AIDS criada em Nova York em 1987 e presente em diversas cidades e países.

também são produtos determinados por questões de caráter cultural e social. Voltemos à Antropologia para exemplificar o argumento de Butler: diferentes concepções de sexo e corpo — e diferentes corporeidades produzidas por essas concepções — serão encontradas em diferentes grupos sociais/diferentes culturas.

A partir desse entendimento, a autora critica a dicotomia presente na binaridade sexo/biologia/natureza X gênero/construção social/cultura, indo na contramão até mesmo de algumas feministas, como Simone de Beauvoir, que chegou a relacionar a mulher (ou a feminilidade) à natureza e o homem (ou a masculinidade) à cultura.

Para Butler (1993), a Binaridade é uma estrutura criada e sustentada pela repetição de discursos, ações, gestos performativos e demais representações de natureza simbólica com base no determinismo biológico macho X fêmea; masculino X feminino; homem X mulher; uma estrutura de poder e hierarquia sexual centralizada na sexualidade genital e marcada pela heterossexualidade com a qual precisamos romper. Este trabalho de desterritorialização da binaridade é, de certa forma, uma tarefa central assumida pela autora ao longo de sua produção intelectual.

De acordo com Butler (1993), acreditar na dualidade que define o sexo como algo natural e, portanto, dado, encontrado pronto; e o gênero como algo cultural e, portanto, social e historicamente construído é, de alguma maneira, assumir a ideia de que no gênero reside a essência do sujeito humano. Dotada de um pensamento orientado ao pós-estruturalismo e assumidamente crítica aos essencialismos e existencialismos encontrados em outras correntes teóricas feministas (como em Simone de Beauvoir, por exemplo), Butler direciona sua filosofia para o questionamento e a desconstrução daquilo que denomina como "Verdade do Gênero" e para a desintegração da binaridade que supostamente dividiria natureza/sexo e cultura/gênero em duas dimensões diferentes.

Para Butler (1993), o grande problema do entendimento tradicional de gênero como "construção social" — oposto e apartado das dimensões da diferença sexual (biológica) e da sexualidade — reside no fato de ser difícil (senão impossível) determinar onde uma dimensão acaba e onde a outra começa. A autora defende a autonomia dessas dimensões em relação uma à outra, mas reconhece a existência de um imbricamento, uma intersecção, entre elas. No intuito de dar conta dessa complexidade a filósofa Queer propõe uma nova categoria de análise: o trinômio "Sexo-Gênero-Desejo".

A partir da substituição do Sistema Sexo/Gênero proposto por Rubin em 1975 para o trinômio "Sexo-Gênero-Desejo" como ferramenta analítica, Butler (1993) objetiva potencializar a análise interseccional e o diálogo não determinista entre essas três categorias e dimensões.

O ponto central da filosofia de Butler reside na ideia de "Performatividade de Gênero", o que constitui, segundo ela, a terceira das "Três Dimensões Contingentes da Corporeidade Significante", seguida do sexo anatômico (biologia) e da identidade (construção social). A

partir da ideia de Performatividade de Gênero, Butler (1993) pretende desestabilizar definitivamente a "verdade do gênero". Segundo a autora, a performatividade é o elemento da corporeidade que possibilita o questionamento a esta "verdade", explicitando e escancarando a arbitrariedade do sistema binário de gênero e da cis e heternormatividades.

Em resumo, o projeto filosófico, epistemológico e político de Butler (1993) se estrutura na busca pela desconstrução e/ou superação da identidade, elemento/compromisso que caracteriza — em grande parte mas não em sua totalidade — a Teoria e o Movimento político Queer e que difere a perspectiva Queer tanto das perspectivas dos Estudos de Gênero/Teoria Feminista Clássica quanto dos chamados Estudos Gays e Lésbicos.

Essa separação não se resume ao campo da teoria, mas também se faz presente no campo dos Movimentos Sociais e políticos: enquanto os Movimentos Feminista e Homossexual ocorridos durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 baseavam e resumiam suas pautas na identidade (feminina, gay, lésbica etc.), o Movimento Queer vem, cada vez mais, distanciando-se de determinismos e essencialismos identitários, reivindicando-se, por exemplo, como "Monstro Sexual" e/ou "Multidão" (PRECIADO, 2011).

Para o filósofo transexual Paul B. Preciado (2011), outro importante nome da Teoria Queer, não se trata pura e simplesmente de uma completa desconstrução da identidade como fora proposto por Butler (1993), mas da mistura, por parte desse "monstro sexual que tem por nome multidão" (PRECIADO, 2011, p. 14), de uma miríade de estratégias políticas de resistência à normalização (cis e hétero)sexual.

No contexto dessa Multidão, composta por toda sorte de existências dissidentes do "Império Sexual" (PRECIADO, 2011, p. 14), como "corpos transgêneros, homens sem pênis, gounis garous, ciborgues, femmes butchs, bichas lesbianas [...] sapatas que não são mulheres, bichas que não são homens, trans que não são homens nem mulheres" (PRECIADO, 2011, p. 11-15), não é a diferença sexual ou mesmo a definição e/ou afirmação identitária que está em jogo, mas a denúncia da existência de um "Império" ou "*CIStema*" Sexual normatizador e opressor e, em seguida, o ""trabalho de desterritorialização" da heterossexualidade" (PRECIADO, 2011, p. 14), da binaridade e da cisgeneridade.

A desidentificação, assim como a identificação estratégica, a reapropriação sexual, a hiper-performatividade — ou a "utilização máxima dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviantes" (PRECIADO, 2011, p. 15) — passam então a se constituir, todas, como estratégias legítimas da luta política das Multidões Queer. Nesse sentido, o autor afirma que "os movimentos e as teorias queer respondem por meio de estratégias ao mesmo tempo hiper-identitárias e pós-identitárias" (PRECIADO, 2011, p. 15).

Propor a substituição do termo "Minorias (Sexuais)" por "Multidões (Queer)" é, em si, uma proposta interessante, provocadora e muito potente de Preciado. Ao realizar tal substituição, Preciado evidencia, ao mesmo tempo, 1. a heterogeneidade e pluralidade que compõe e constituem a Comunidade/Movimento LGBTQIA+ (composto por diferentes

identidades sexuais e de gênero); e 2. também o fato de que fomos histórica e sistematicamente minimizados e vulnerabilizados, mas que não somos uma minoria por essência; pelo contrário: somos muitas, muitos e muites.

7 UMA TEORIA SUBALTERNA: ENCONTROS, DESENCONTROS, APROXIMAÇÕES, DISTANCIAMENTOS E TENSÕES ENTRE A ANTROPOLOGIA E A TEORIA QUEER

Apesar da intensa, significativa e imprescindível contribuição de antropólogas para o desenvolvimento, aprofundamento e expansão do conceito e dos Estudos de Gênero que culminaria então, a partir da década de 1990, na emergente Teoria Queer, não é possível afirmar nem mesmo supor (pelo menos não ainda) a existência de uma "Antropologia Queer".

Como mestrando em Antropologia Social com pesquisa relacionada à questões de gênero e sexualidade em contextos escolares, busquei, no momento da construção de minha proposta de pesquisa para submissão no programa de mestrado, antropólogas/os e textos que propusessem ou enunciassem uma "Antropologia Queer" e - para minha surpresa e espanto - nada nesse sentido foi encontrado.

A produção teórica de perspectiva Queer desenvolveu-se historicamente principalmente na Filosofia (onde estão localizadas as obras de Judith Butler e Paul Preciado) e também em áreas como a Linguística e a Crítica Literária (onde localiza-se a obra de Michael Warner). Uma possível explicação para esta concentração consiste em um certo grau de filiação da Teoria Queer com o Pós-Estruturalismo francês, representado principalmente por Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, ambos filósofos que propuseram uma desconstrução da própria Filosofia - ou da narrativa e história oficial da Filosofia.

Estando concentrada dentro da Filosofia e da Crítica Literária (ambas localizadas dentro da grande área das Humanidades), a produção teórica Queer manteve certa distância das Ciências Sociais em países como Estados Unidos e Inglaterra - onde as Ciências Sociais costumam ser alocadas separadamente das "Humanidades".

Já no Brasil a Teoria Queer encontrou, curiosamente, na Educação, um terreno fértil para seu desenvolvimento. Foi no limite entre a década de 1990 e os anos 2000, com a contribuição pioneira de Guacira Lopes Louro, que a Teoria Queer "desembarcou" no Brasil com a publicação de O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade, uma coletânea de textos organizada por Louro lançada em 1999 que conta com um ensaio de Judith Butler.

Depois de Guacira Lopes Louro outros nomes vão produzir Teoria(s) Queer no Brasil, entre eles Fernando Seffner (que realiza etnografias sobre questões envolvendo gênero e sexualidade em contextos escolares orientado por uma perspectiva Queer), Richard Miskolci (sociólogo cuja contribuição foi imprescindível para a construção deste capítulo sobre as

proximidades, distanciamentos e tensões entre Teoria Queer e as Ciências Sociais), Berenice Bento (também socióloga e responsável pela proposta de abrasileirar e de(s)colonizar a Teoria Queer rebatizando-a de "Estudos e Ativismos Transviados") e Miriam Pillar Grossi, a única antropóloga do grupo.

Apesar da existência de uma socióloga, um sociólogo e uma antropóloga no grupo que está pensando e produzindo Teoria Queer no Brasil ainda não há uma proposta concreta e efetiva de uma Sociologia ou Antropologia Queer; nem mesmo um número significativo de trabalhos evidenciando a contribuição da Teoria Queer para as Ciências Sociais ou de etnografias assumidamente orientadas por uma perspectiva Queer. Em intensa busca apenas um texto neste sentido foi encontrado: A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização, de Richard Miskolci (2009).

Neste artigo o sociólogo Queer brasileiro Richard Miskolci (2009) apresenta os pontos de aproximação, distanciamento e tensão entre as Ciências Sociais e a Teoria Queer e propõe a criação de uma nova área e perspectiva de investigação que pode ser compreendida como uma "Sociologia Queer": a "Analítica da Normalização" (MISKOLCI, 2009).

O principal ponto de convergência entre a Teoria Queer e a Sociologia da Sexualidade (representada pelos Estudos Gays e Lésbicos citados nos capítulos anteriores) é o fato de ambas entenderem e afirmarem o gênero e a sexualidade como construções sociais e históricas. O distanciamento acontece a partir do momento em que a Teoria Queer avança na investigação, expandindo e centrando sua análise na crítica às oposições binárias (Heterossexualidade X Homossexualidade, por exemplo) e realizando uma análise profunda sobre os dispositivos e processos de normatização que produzem a naturalização e hegemonia da heterossexualidade - e as consequentes patologização e abjeção da homossexualidade.

> As abordagens sociológicas enfatizavam que os significados de desejos e ações são socialmente construídos e contingentes cultural e historicamente, mas negligenciaram aspectos estruturais que mostrariam a interdependência entre as formas hegemônicas e naturalizadas da sexualidade em relação às identidades e culturas então chamadas de minoritárias (MISKOLCI, 2009, p. 167-168).

Em outras palavras, os Estudos Gays e Lésbicos de abordagem sociológica imprimiram aos grupos não-heterossexuais o status de minorias - e às suas práticas (sexuais) o status de minoritárias - realizando assim a manutenção e perpetuação da Heterossexualidade Compulsória (RICH, 1980) e desperdiçando a oportunidade de realizar uma análise profunda sobre os dispositivos e processos de naturalização/normatização da heterossexualidade

capaz de abalar as estruturas desse sistema sexual[9].

As primeiras teóricas Queer rejeitaram esta lógica e discurso minorizante das investigações sociológicas e antropológicas - o que se evidenciaria com ainda mais força na proposta de Preciado (2011) em enunciarmos os sujeitos e os coletivos dissidentes da cisheteronorma como "Multidões Queer" ou "Monstro Sexual" no lugar de "minorias sexuais".

A crítica Queer encontrou no pós-estruturalismo francês conceitos e metodologias de análise que permitiram captar e denunciar esse processo de naturalização/normatização da heterossexualidade, tornando como ponto central de sua teoria a afirmação da sexualidade como um dispositivo histórico de poder (conforme afirma Foucault) que marcou e continua marcando as sociedades ocidentais eurocentradas modernas e a crítica às oposições binárias.

Foi a partir da contribuição de Jacques Derrida que as primeiras teóricas Queer captaram, esmiuçaram e denunciaram a interdependencia entre heterossexualidade e homossexualidade: como oposições binárias, ambas possuem estreita ligação, estando em lados opostos de uma mesma linha de significado. Fundamentando sua análise no conceito de "suplementaridade" de Derrida a Teoria Queer evidenciou o fato de que a heterossexualidade depende da homossexualidade para sua própria definição e significado. De acordo com Miskolci (2009) o conceito de suplementaridade de Derrida considera que os significados são organizados através de diferenças em uma dinâmica de presenças e ausências, onde o que aparenta estar fora na verdade também está dentro e o que aparece como natural é histórica e socialmente construído. O método para a realização desse procedimento analítico que consiste em evidenciar o que está implícito dentro de uma oposição binária foi batizado por Derrida como "desconstrução".

A ideia da existência de uma hierarquia sexual caracterizada pela coexistência de uma "boa sexualidade" e de uma "sexualidade má" representa em si uma oposição binária e é fruto de um empreendimento metodológico desconstrutivo, onde, em certa medida e de certa maneira, Gayle Rubin evidencia a necessidade da existência de uma "sexualidade má" para que a "boa sexualidade" seja definida, e vice versa. É significativo o fato de que esta contribuição teórica de Rubin tenha acontecido no final da década de 1980, período em que, provocada por críticas e inquietações de Judith Butler, a antropóloga reconheceu a característica inacabada de seu conceito de Sistema Sexo/Gênero e aproximou-se declaradamente da então emergente perspectiva Queer ao declarar-se como sadomasoquista e criticar setores assimilacionistas do Movimento Homossexual.

Ao recusar o status de "minoria sexual" e aprofundar a investigação sobre a(s) sexualidade(s) lançando mão de contribuições pós-estruturalistas (como o conceito

[9] No Brasil, por exemplo, os estudos sobre a homossexualidade foram iniciados na Sociologia e logo foram alocados para a Antropologia Social, onde foram publicamente assumidos como estudos sobre "minorias" ou "subculturas", estando ao lado, por exemplo, de estudos sobre "minorias étnicas" (termo problemático por si só) e contra-culturas/tribos urbanas.

foucaultiano de dispositivo e os conceitos e métodos derridianos de suplementaridade e desconstrução) as investigações de perspectiva Queer abalaram as até então intocadas estruturas da heterossexualidade, explicitando cada passo necessário para a estruturação e manutenção da Heterossexualidade Compulsória (RICH, 1980) e da Heteronormatividade, tarefa não realizada pelos Estudos (sociológicos) Gays e Lésbicos.

Em *Queer Theory: lesbian and gays sexualities*, palestra realizada em fevereiro de 1990 na Universidade de Santa Cruz, na Califórnia, a teórica Teresa de Lauretis demarcou as diferenças e contrastes entre a crítica Queer e os estudos sociológicos sobre as "minorias sexuais". A palestra de Lauretis é majoritariamente considerada como o marco de inauguração da perspectiva Queer no âmbito da produção acadêmica - tal qual *Queer Nation Manifest*, lançado no mesmo ano, no âmbito da militância e ativismo políticos - apesar do fato de o termo Queer ter sido utilizado anteriormente por Glória Anzaldúa, teórica dos Estudos Culturais chicana (identidade relativa a pessoas de ascendência latina nos Estados Unidos) e feminista cuja contribuição é significativa para as "Teorias Subalternas".

Teorias Subalternas é o termo utilizado para designar um conjunto de teorias originadas nos Estudos Culturais, composto pela própria Teoria Queer, pelos Estudos Pós-Coloniais e depois também pelos Estudos Decoloniais. Estas teorias são consideradas subalternas por duas diferentes razões. A primeira consiste no fato de terem sido forjadas nas e impulsionadas pelas próprias vivências historicamente subalternizadas (vivências em contextos pós-coloniais, vivência de imigrantes latino-americanos/as nos Estados Unidos, vivência de dissidentes sexuais e de gênero, etc.) e seus movimentos políticamente organizados: movimento feminista, movimento negro, movimento de imigrantes, movimento LGBTQIA+ não assimilacionista/Queer, etc.

A segunda motivação para esta designação vem do fato de estas teorias possuírem em certa medida um não-lugar. Sua característica transdisciplinar e o fato de serem produzidas no interior de diferentes áreas do saber faz com que não tenham um único lugar ou um lugar fixado e garantido. Elas estão na Filosofia, na Linguística, na Análise do Discurso, nas Ciências Sociais, no Direito, mas não pertencem nem se limitam a nenhuma dessas áreas - talvez pelo fato de se proporem justamente a tarefa da crítica aos discursos e às teorias hegemônicas da epistemologia ocidental.

Nesse sentido Miskolci (2009) afirma que predomina uma tendência de "incorporação seletiva" de alguns conceitos e ferramentas oriundas das "Teorias Subalternas" nas disciplinas institucionalizadas como as Ciências Sociais, "sem nenhum sinal concreto que aponte para a incorporação ou fusão entre saberes subalternos e disciplinas institucionalizadas." (MISKOLCI, 2009, p. 177).

Apesar dessa conjuntura, o sociólogo é entusiasta de uma nova área de investigações sociológicas, a "Analítica da Normalização", que seria possibilitada pelo diálogo, incorporação e fusão entre a Teoria Queer e as Ciências Sociais. Miskolci defende sua

proposta evidenciando que enquanto os estudos sociológicos e antropológicos classificaram identidades, desejos e práticas sexuais não heteronormativas como dissidentes, desviantes ou "minoritárias" os estudos de perspectiva Queer focaram sua análise nos processos sociais e dispositivos normatizadores, levando a cabo a tarefa inacabada pela sociologia de "desnaturalização do social". Em outras palavras, Miskolci defende que a Teoria Queer pode auxiliar as Ciências Sociais nesta inacabada tarefa, uma vez que ela demanda uma "maior atenção crítica aos processos normalizadores" (MISKOLCI, 2009, p. 172).

Pesquisas sociológicas ou antropológicas orientadas pela perspectiva Queer "focariam nos processos normalizadores que resultam na criação das identidades e sujeitos subordinados." (MISKOLCI, 2009, p. 173). O procedimento metodológico desconstrutivo Queer "auxiliaria no rompimento com a antiga tendência sociológica de partir desses sujeitos já constituídos em pesquisas que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminavam por corroborá-las." (MISKOLCI, 2009, p. 173).

> A ênfase queer nos processos de normalização implicados na constituição dos sujeitos, das identidades sociais e até mesmo das coletivas que fundam movimentos sociais do presente, aponta para a compreensão de que a maioria dos fenômenos até recentemente compreendidos como desvio podem ser encarados como diferenças, resultado de processos contínuos e interrelacionados de inferiorização, da criação de Outros que justificam a distribuição e o acesso desigual ao poder. Diante desse cenário, o queer se posiciona como uma "desconstrução geral da ontologia social" (GREEN, 2007 apud MISKOLCI, 2009, p.172-173).

Em resumo, a Analítica da Normalização proposta por Miskolci propõe e consiste no trabalho de se reconstituir historicamente e analisar sociologicamente os dispositivos e os processos sociais normalizadores que produzem a abjeção, os marcadores sociais da diferença e as subjetividades Outras (Queer e dissidentes sexuais e de gênero e toda identidade contraposta à identidade hegemônica universal: patriarcal, masculina, branca, eurocentrada, adulta, cisgênera, heterossexual, civilizada, urbana, etc.) sem as quais a própria hegemonia não seria possível.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, o conceito de Gênero passou por um longo percurso de construção, definição, consolidação e expansão dentro do território das Ciências Humanas e Sociais e também dos Movimentos Sociais. Desde seu esboço, empreendido no âmbito das teorias do condicionamento social na Antropologia Culturalista das décadas de 1920 e 1930, passando por sua definição no contexto da criação de uma Teoria Feminista e de um campo de Estudos de Gênero, até sua expansão e crítica, realizadas consecutivamente pelos Estudos

Gays e Lésbicos e pela Teoria Queer, o conceito ganha cada vez mais complexidade e robustez, sendo constantemente apropriado e ressignificado para dar conta da desafiante tarefa que é analisar (e transformar!) as relações assimétricas de poder existentes em nossa sociedade com base nos marcadores de gênero e sexualidade.

Ao descrever o processo de definição do temperamento dos sexos baseada na formulação analítica de Padrões de Cultura de Ruth Benedict, Mead (1935) acabou, de certa forma, a esboçar o conceito de Gênero e também a ideia de binaridade. Ao caracterizar tal processo como "arbitrário", Mead precede e inicia o longo caminho que culminaria, após longo percurso, nas críticas Feminista e Queer.

A ideia de seleção de algumas poucas características temperamentais dentro de uma grande gama de possibilidades de temperamentos e a sua incorporação dentro de corpos “masculinos OU femininos”, defendida por Mead com base em Padrões de Cultura, encontra eco no pensamento pós-estruturalista do filósofo Queer Paul B. Preciado quando este afirma ser “a multiplicidade do cosmo encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês” (PRECIADO, 2020, p. 28).

Apesar de notória vanguarda e das incontestáveis contribuições prestadas aos Estudos de Gênero por Mead (1935, 1971), nas décadas de 1920 e 1930, e por Rubin (1993) e suas contemporâneas, nas décadas de 1970 e 1980, em ambos os legados teóricos é possível perceber a presença de uma concepção epistemológica ainda binária: natureza X cultura; dimensão biológica da diferença sexual X dimensão sociocultural da diferença sexual, Biologia X Ciências Sociais; heterossexualidade X homossexualidade. Este paradigma, baseado na binaridade, passou a ser questionado a partir do final da década de 1980 com a contribuição de Judith Butler (1993) e da perspectiva pós-estruturalista em gênero e sexualidade então batizada como “Teoria Queer”.

Butler (1993) reconhece a influência do legado de Gayle Rubin (1993) em seu pensamento e obra, mas afirma ser preciso e possível ir além de categorias de análise fundamentadas na epistemologia cartesiana ocidental. A filósofa se refere especificamente à distinção entre sexo e gênero. Nesse sentido, Butler afirma que o sexo é tão cultural quanto o gênero.

Butler (1993) também propõe o questionamento e problematização sobre o sujeito do Feminismo. Essa proposta questionadora foi responsável por uma expansão nos Estudos de Gênero e no próprio fazer militante/ativista/politico do Feminismo. Se nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a teoria e a práxis/luta Feminista olhavam quase que em sua totalidade apenas para a relação assimétrica de poder existente entre homens e mulheres, a partir de 1990, com a crítica pós-estruturalista de Butler e o advento da Teoria Queer, o(s) Feminismo(s) passaram a direcionar o olhar e atenção também para processos de controle, dominação e opressão que interpelam e agenciam outros corpos, identidades e sexualidades: mulheres lésbicas e bissexuais, pessoas transexuais, pessoas intersexuais, homens que se relacionam

sexualmente com homens (homossexuais, bissexuais etc.), pessoas não binárias etc.

A partir dessa expansão do próprio conceito de Gênero e do(s) sujeito(s) do(s) Feminismo(s), foi possível o desenvolvimento de um Transfeminismo — e também de um feminismo pós-estruturalista e pós-identitário, representado pela Teoria Queer — e a proposição da Multidão como novo sujeito e ator/protagonista desses outros e novos Feminismos. O conceito de Gênero foi expandido, complexificado, e, em consequencia, o Feminismo também viveu atualizações e expansões, mas jamais descaracterizações: o Feminismo clássico e os novos Feminismos tem em comum, como continuidade e ponto de conexão, a missão de desterritorialização das bases (patriarcado, heterossexualidade compulsória, cisheteronormatividade) que estruturam relações assimétricas de poder.

Não poderia deixar de evidenciar e honrar, na conclusão, a notória relevância da contribuição antropológica neste longo processo e percurso. Foi através do horizonte aberto pelo fazer etnográfico que a sociedade ocidental percebeu, pela primeira vez, a existência de concepções de corpo, sexo e gênero diferentes de suas próprias. Foi também o fazer etnográfico que possibilitou desvendar como diferentes concepções e organizações sosicias de gênero são possíveis, destrinchando e demonstrando como elas se constróem e se estruturam social e simbolicamente. Foi sobretudo a partir da iniciativa vanguardista de antropólogas feministas que este novo campo de investigações, denominado posteriormente como “Estudos de Gênero”, se tornou algo concreto, existente e, depois, consolidado.

Apesar dessa intensa e profunda relação entre Antropologia e Estudos de Gênero ainda não é possível afirmar a existência de uma “Antropologia Queer”, seja pela própria resistência das disciplinas institucionalizadas em legitimar e incorporar em seu interior as chamadas teorias subalternas, seja pela própria resistência da Teoria Queer em deixar-se capturar por uma linha institucionalizada e disciplinar. Com seu caráter radicalmente crítico e indisciplinar, a Teoria Queer “refuta, critica e desconstrói a proposta de uma Sociologia da sexualidade” (MISKOLCI, 2009, p. 162).

No entanto, o diálogo, incorporação e fusão entre Teoria Queer e Ciências Sociais se faz necessário e urgente, pois a radicalidade da crítica Queer, sua profundidade de análise e seu método desconstrutivo oferecem às Ciências Sociais a possibilidade de “desnaturalização do social” (Miskolci, 2009, P. 172) e de realização da denúncia a respeito dos processos, dispositivos e mecanismos de normatização que produzem relações assimétricas de poder, inferiorizações e subalternidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discoursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993.

MEAD, Margaret. **Macho e fêmea**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1971. Disponível em: https://toaz.info/doc-view. Acesso em: 11 maio 2022.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York: William Morrow and c, 1935.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?lang=pt. Acesso em: 11 maio 2022.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/. Acesso em: 11 maio 2022.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife: Editora S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919. Acesso em: 11 maio 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667. Acesso em: 20 maio 2022.

Recebido em 13/05/2022
Aceito em 09/07/2022